

Núcleo Executivo

Ata nº 173

Realizou-se no dia 17 de Maio de dois mil e treze, às dez horas, na Divisão de Intervenção Social, uma reunião de Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social da Amadora.

Estiveram presentes na reunião Ana Moreno, Coordenadora do N.E, Rute Gonçalves e Sónia Pires, Técnicas da CMA de apoio ao Núcleo Executivo, Ana Paula Correia da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Inês Prazeres em representação das Comissões Sociais de Freguesia, Elisabete Costa da SFRAA – Quinta de S. Miguel, Mónica Duarte do ACES VII Amadora, Susana Nogueira do CDSS Lisboa e António Venâncio do Centro de Emprego e Formação Profissional da Amadora.

A **Dra. Ana Moreno** deu início á reunião dando algumas informações acerca do CLDS + que se vai desenvolver na freguesia da Venda Nova. Foi efetuado um convite do ISS – I.P para implementação do contrato nesse território, tendo a autarquia aceite o convite e proposto que a Santa Casa da Misericórdia da Amadora fosse a Entidade Coordenadora Local da Parceria tendo em conta a experiência da instituição no CLDS do Bairro de Santa Filomena (desenvolvido de 2009 a 2011) e também a sua capacidade de gestão administrativa e financeira.

O CLDS vai ser desenvolvido na Venda Nova, tendo como enfoque a população residente no bairro 6 de Maio e a população mais envelhecida da freguesia.

No que diz respeito ao programa CLDS +, a Portaria 135-C/2013 de 28 de Março define o seguinte:

- **Objetivos/finalidade** - Promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, particularmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, tendo igualmente especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade;

- **Caracterização dos territórios** - Territórios especialmente afetados por desemprego; Territórios com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil; Territórios envelhecidos; Territórios fortemente atingidos por calamidades;

- **Eixos de Intervenção** - Emprego, formação e qualificação; Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil; Capacitação da comunidade e das instituições;

- **Ações obrigatórias** - Cada eixo de intervenção é concretizado através de ações obrigatórias, em função da caracterização do território a abranger pelos CLDS+, podendo ser excluídas ações integradas em algum(ns) eixo(s), desde que sejam abrangidas por outros programas que desenvolvam ações idênticas ou se destinem ao

mesmo público alvo; Será necessário estabelecer uma estreita parceria com o IEFPP, no sentido de favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal;

- **Prazos da candidatura** – Depois de aceite o convite pela Autarquia, esta tem 5 dias para designar a ECLP e o respetivo coordenador e comunicar ao ISS – I.P; após a assinatura do protocolo de compromisso a ECLP tem 30 dias para elaborar o PA, validá-lo com os parceiros do CLAS e submetê-lo ao ISS – I.P.

- **Articulação com o NE e com o CLAS** - O acompanhamento da implementação do plano de ação cabe ao núcleo executivo do CLAS, em articulação com a ECLP; A ECLP deve solicitar a convocação do plenário do CLAS para apresentação de resultados do CLDS+;

- **Financiamento** - Limite máximo de financiamento para os CLDS+ inseridos em territórios especialmente afetados por desemprego e com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil, corresponde a 300.000 €/24 meses de vigência do contrato, com um limite de 150.000 € por cada ano civil; As despesas com equipamentos, mobiliário e obras não podem exceder o montante de 75.000 €, sendo este montante atribuído uma única vez ao território e durante os primeiros 12 meses de vigência do contrato. Este prazo pode no entanto, ser prorrogado, mediante pedido fundamentado e autorizado pelo conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

Relativamente á parceria a estabelecer com o IEFPP foi proposta do N.E que o interlocutor neste processo seja o Dr. António Venâncio, na medida em que ele é o representante do Instituto no NE do CLAS.

Neste momento, é importante realizar o diagnóstico do território da forma mais rigorosa possível, para que se possa iniciar a delinear o Plano de Ação, trabalho esse que já foi iniciado pela autarquia em conjunto com a ECLP.

De seguida, a **Dra. Rute Gonçalves** fez um breve resumo da reunião da ENIPSA – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-abrigo, realizada no passado dia 6 de Maio em Lisboa, onde estiveram presentes os vários NPISAS (Núcleos para a integração das pessoas sem-abrigo) do país. Os vários núcleos apresentaram o ponto de situação do seu trabalho, tendo partilhado as ações e os projetos que estão a decorrer bem como os principais constrangimentos com que se têm deparado.

A este nível os principais constrangimentos identificados foram a falta de resposta para alojamento destas pessoas, dificuldade no acesso a respostas sociais e a subsídios (nomeadamente ao RSI e ás pensões cujo processo burocrático não se coaduna com este tipo de população) e falta de resposta ao nível da saúde mental.

No caso específico da Amadora, é o NE que assume as funções de NPISA, fazendo o acompanhamento das ações e projetos desenvolvidos para esta população no território. A par deste trabalho foi também efetuado o Plano Municipal das Toxicod dependências, que deverá ser apresentado e validado em Sessão Plenária de CLAS. O documento será remetido aos parceiros do NE para análise.

Passando para o ponto dos assuntos diversos, a **Dra. Susana Nogueira** informou que as listagens do PCAAC encontram-se já encerradas e que, através da utilização da plataforma informática, foram identificados vários casos de famílias duplicadas e mesmo triplicadas. Os produtos alimentares estão já a chegar aos pólos de distribuição

e no território da Amadora será a Cruz Vermelha Portuguesa a entidade responsável por fazer a distribuição às instituições.

A **Dra. Mónica Duarte** deu algumas informações acerca do ACES VII, nomeadamente:

- Vai abrir uma nova Unidade de Saúde Familiar (USF) no edifício sede do Centro de Saúde da Amadora (ainda não há uma data prevista de abertura);
- O Serviço Social do ACES vai estar centralizado na UCSP da Amadora, onde vão estar duas técnicas afetas (Mónica Duarte e Sandra Loureiro);
- A responsável pela UCC continua a ser a Dra. Manuela Repas.

Não havendo mais assuntos a tratar a reunião terminou pelas 12.00H.